

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
18ª Sessão Ordinária de 2022

Dia: 29/11/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 –
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I

1) Aprovação da Ata da 16ª Sessão Ordinária de 2022 (25/10/2022).

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 1) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

- 2) Proposição nº 1.00415/2021-60
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

- 3) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
- Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85
- Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.
- Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 5) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50
- Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
- Relator: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

- 6) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 7) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58
Requerente: Cristiano Zanin Martins
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Daniel Carnio Costa

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA nº 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA nº 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução n.º 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 9) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- 10) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00541/2022-05

Requerente: Silvia Leticia Bernardes Mariosi Amaral
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessado: Bernardo de Moura Lima Paiva Jeha
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Remoção de Promotor de Justiça para a 1ª Promotoria de Comarca de Itaúna. Alegação de ilegalidades ocorridas na votação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Pedidos de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00247/2021-30

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição de ato. Resolução nº 101, aprovada pelo Conselho Superior. Ato Nº 01/2021-CGMP/BA, editado pela Corregedoria Geral. Regulamentação do estágio probatório dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

13) Pedido de Providências nº 1.00422/2022-34

Requerente: Rainor Ido da Silva
Advogado: Francisco Yukio Hayashi – OAB/SC n.º 038522
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Decisão. Determinação para o deferimento de pedido de cópias integrais do PCA CNMP nº 739/2021-80.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Pedidos de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

- 14) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
- 15) Proposição nº 1.00593/2022-45 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, § 1º, inciso II, da Resolução CNMP nº 223/2020, para suprimir locução do texto original e permitir que os valores das participações obrigatórias dos beneficiários possam ser objeto de ressarcimento.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Pedidos de Vista na 17ª Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00706/2022-76
Requerente: Beatriz Kicis Torrents de Sordi
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Comissão de Infância e Juventude
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Controle. Recomendação nº 1/2022. 5ª Promotoria de Justiça de Eunápolis/BA. Adoção de medidas pelo Conselho Tutelar de Eunápolis, Itagimirim e Itapebi, pela Secretaria Municipal de Educação e por unidades de ensino públicas e privadas. Obrigatoriedade da imunização das crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Bahia
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

- 17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01105/2022-26 (Processo Sigiloso)
Requerentes: Sigilosos
Advogada: Jane Maria Gomes Pancinha – OAB/RS n.º 87543
Interessado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. XLIX Concurso para ingresso à carreira. Pedido de anulação da questão n.º 3, do Grupo III, da prova discursiva. Exigência, no espelho de correção, de conhecimentos sobre doutrina estrangeira e autores não citados pela doutrina consagrada e jurisprudência. Alegação de ilegalidade, desproporcionalidade e teratologia.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01133/2022-52
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. XLIX Concurso para ingresso à carreira. Item C, da questão 3, do Grupo Temático III. Alegação de irregularidades no espelho de prova e na resposta a recurso. Pedido de anulação do referido item. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- 19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01156/2022-02
Requerentes: Sigilosos
Advogado: Jane Maria Gomes Pancinha – OAB/RS n.º 87543
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. XLIX Concurso para ingresso à carreira. Item A, da Questão 4, do Grupo Temático III. Incompatibilidade do conteúdo da questão com o previsto no edital. Irregularidades na motivação de indeferimento de recurso. Pedido de anulação. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01161/2022-89
Requerentes: Sigilosos
Advogado: Jane Maria Gomes Pancinha – OAB/RS n.º 87543
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. XLIX Concurso para ingresso à carreira. Item A, da questão 2, do Grupo Temático III. Irresignação quanto ao espelho da questão divulgado pela banca examinadora. Pedido de anulação da questão. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 21) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 22) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 23) Proposição nº 1.00891/2018-03
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 24) Proposição nº 1.00461/2019-18
Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

25) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Margaret Matos de Carvalho

Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804

Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

26) Proposição nº 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

28) Proposição nº 1.01226/2021-14

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

29) Proposição nº 1.00271/2021-42

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

30) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

31) Proposição nº 1.01227/2021-78

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

32) Proposição nº 1.00171/2022-05

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

33) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

34) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para oficial perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

35) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)

Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Paraná

- 36) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 37) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)
Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022)

- 38) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00408/2021-87
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogados: Eduardo Pizarro Carnelos – OAB/SP nº 78154; Roberto Soares Garcia – OAB/SP nº 125605; Flavia Amarante Teixeira Duarte – OAB/SP nº 434393
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação no bojo do Pedido de Providências nº 1.00675/2019-19. Possível manifestação difamatória e ofensiva em face de Conselheiros Nacionais do Ministério Público.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 39) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Embargado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 40) Proposição nº 1.00138/2022-02
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo 1º da Resolução CNMP nº 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 41) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18
Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial para cargo comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Indeferimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Ceará
- 42) Proposição nº 1.00326/2022-13
Requerentes: Antônio Edílio Magalhães Teixeira; Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro a observância dos tratados, convenções, protocolos internacionais de direitos humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando oportuno e conveniente.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

- 43) Reclamação Disciplinar nº 1.01272/2021-22
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Interessados: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; Ministério Público do Trabalho
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal
- 44) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01306/2021-60 (Recurso Interno)
Recorrentes: Edison Lobão; Marcio Lobão; Romero Juca
Advogado: Fábio Medina Osório – OAB/RJ n.º 160107
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro; Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe. Apuração e infração disciplinar praticada no exercício de atividade funcional perante a Força Tarefa anteriormente denominado Lava Jato do Rio de Janeiro. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00477/2021-45. Portaria CNMP-CN Nº 70/2021.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 45) Proposição nº 1.00622/2022-05
Requerente: Paulo Cezar dos Passos
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a manifestação em habilitação, celebração de casamento civil e conversão de união estável entre pessoas do mesmo sexo.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 46) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2022-03 (Processo Sigiloso)
Requerente: Procuradoria da República no Município de Santarém/PA
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000265/2022-51 e Notícia de Fato nº 005482-031- 2022. Apuração de falta de prédio para funcionamento da escola localizada na comunidade São Francisco do Aruã, Gleba Nova Olinda, PEAEX Aruã/Santarém.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pará

Incluído na Pauta da 12ª Sessão Ordinária de 2022 (23/08/2022)

- 47) Pedido de Providências nº 1.00268/2022-73
Requerente: Município de Porto Velho
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Atuação. Recomendação nº 05/2020-21ªPJ. Conflito de entendimento sobre atendimento inicial feito pelo Conselho Tutelar ao adolescente que tenha cometido ato infracional. Município de Porto Velho/RO.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rondônia

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2022 (13/09/2022)

- 48) Proposição nº 1.00220/2019-05
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração das Resoluções n.º 20/2007, n.º 129/2015 e n.º 181/2007. Adequação às disposições do art. 53, do Estatuto da Igualdade Racial e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 49) Proposição nº 1.00301/2019-05
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Nacional dos Procuradores da República
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Anteprojeto de Lei. Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 50) Proposição nº 1.00708/2019-32
Requerente: Dermeval Farias Gomes Filho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Fiscalização de verbas do Fundo Penitenciário Nacional. Ações dirigidas à ampliação de ofertas de vagas do sistema prisional.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 51) Reclamação Disciplinar nº 1.00172/2021-60 (Processo Sigiloso)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso do Sul

- 52) Procedimento Avocado n° 1.01165/2021-03
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre
Advogados: Marcus Venicius Nunes da Silva – OAB/AC n.º 3886; Alessandro Callil de Castro – OAB/AC n.º 3.131
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Procedimento Avocado. Procedimento Administrativo Disciplinar n° 10.2020.00000063-0. Acórdão proferido na Reclamação Disciplinar CNMP n° 1.00601/2021-72.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Acre
- 53) Proposição n° 1.00139/2022-58
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução n° 154, de 13 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência e dá outras providências.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 54) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00154/2022-79
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n° 34.673; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n° 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n° 20.800
Interessados: Corregedoria do Ministério Público Federal; Ministério Público Federal
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Mossoró/RN. Reclamação Disciplinar n.º 1.01257/2021-01.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Rio Grande do Norte
- 55) Reclamação Disciplinar n° 1.00234/2022-15 (Recurso Interno)
Recorrente: Carlos Eduardo Lima
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo

- 56) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00433/2022-32
Requerente: Kennedy Carvalho Bezerra
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público, que converteu o julgamento em diligência, determinando o retorno do processo 01.2021.00016033-0 à origem. Desrespeito à independência funcional do requerente. Pedido liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Ceará
- 57) Proposição nº 1.00630/2022-42
Requerente: Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 173, de 4 de julho de 2017, para estabelecer a necessidade de envio automatizado ao CNMP das decisões dos órgãos colegiados dos ramos e unidades do Ministério Público investidos do controle da atuação extrajudicial finalística.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 58) Proposição nº 1.00653/2022-00
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, inciso I, da Resolução CNMP nº 20/2007. Redução do número de visitas ordinárias na atividade de controle externo da atividade policial.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 59) Conflito de Atribuições nº 1.00720/2022-33
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Procuradoria da República – Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento IDEA nº 608.0.215018/2012. Apuração de supostos atrasos nos pagamentos das remunerações dos funcionários. Verbas do FUNDEB. Município de Jequié/BA.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

- 60) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00882/2021-63 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Daniel Coutinho da Silveira – OAB/PA n.º 11595
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Instrumentalização de sua atuação funcional em fundamentos ideológicos e desviando-se do atendimento do interesse público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00305/2021-80. Portaria CNMP-CN nº 34/2021.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Pará
- 61) Proposição nº 1.00634/2022-67
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Diretrizes para realização de videoconferência no âmbito do Ministério Público.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal
- 62) Proposição nº 1.00635/2022-10
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 148, §2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 63) Pedido de Providências nº 1.00685/2022-43 (Recurso Interno)
Recorrente: Município de Araguaína
Advogado: Gustavo Fidalgo e Vicente – OAB/TO n.º 2020
Recorrido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Recomendação ao Município de Araguaína/TO, em razão de suposta existência de assédio moral organizacional. Indeferimento de acesso aos autos do Inquérito Civil n.º 000033.2022.10.002/0 ao Município de Araguaína. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Tocantins

Incluídos na Pauta da 16ª Sessão Ordinária de 2022 (25/10/2022)

- 64) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00708/2021-93
Requerente: Angelo Goulart Villela
Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36482
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00.002.000042/2017-21. Decisão do Conselho Superior do MPF.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 65) Proposição nº 1.01297/2021-90
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito do Ministério Público, da tutela coletiva de segurança pública e do controle externo da atividade policial.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 66) Proposição nº 1.01301/2021-92
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito das unidades e ramos do Ministério Público, da tutela coletiva das políticas públicas de execução penal e da atividade de fiscalização dos estabelecimentos penais efetuadas pelos seus membros.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 67) Consulta nº 1.00590/2022-84
Requerentes: Ministério Público do Estado do Piauí; Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí
Interessados: Associação Piauiense do Ministério Público; Maria Carmen Coutinho Cavalcanti
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução nº 223, de 16 de dezembro de 2020, do CNMP. Direito do auxílio-saúde a membros inativos. Marco temporal.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Piauí

- 68) Sindicância nº 1.00617/2022-39 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogados: Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG n.º 101473; Aline Auzier Franca – OAB/AM n.º 17.230; Ana Luiza Moraes Rebouças – OAB/AM n.º 5.891
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Amazonas
- 69) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00708/2022-83 (Recurso Interno)
Recorrente: Alan Johnnes Lira Feitosa
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos certames de promoção e de remoção. Aplicação das regras de antiguidade na entrância. Protocolo nº 59.998/2018. Pedido de reconsideração de decisão do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Pará. Pedido Liminar
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Pará
- 70) Pedido de Providências nº 1.00763/2022-82
Requerente: Bahia Terminais S/A
Advogados: Adriano Figueiredo de Souza Gomes – OAB/BA n.º 32.385; Daniel Farias Cavalcante Martins – OAB/BA n.º 66.302
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes de Contra a Ordem Tributária – GAESF. SEI nº 19.09.02347.0002051/2022-12. Procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº 8138374-07.2021.8.05.0001. Fornecimento de informações requeridas. Descumprimento da Resolução CNMP nº 181/2017. Regulamentação de período de guarda de informações suscetíveis de requerimento via Lei de Acesso à Informação. Resolução CNMP nº 89/2012.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia
- 71) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00952/2022-55 (Recurso Interno)
Recorrente: Marcelo Auday de Pinho
Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Processos n.º 2021.010657 e 2022.004411. Concessão de auxílio-saúde a servidor ministerial. Reembolso. Indeferimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Amazonas

- 72) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00978/2022-76
Requerente: Ângelo Goulart Villela
Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36482
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. PAD 1.00.002.000050/2018-59. Alegação de nulidade.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 73) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00981/2022-35
Requerente: Marcio Vanderlei de Souza
Requeridos: Ministério Público do Estado do Pará; Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Omissão. Apuração de supostos crimes envolvendo a Associação dos Produtores Rurais do Araguaia – Pará. NUP 1.23005.000124/2022-17.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Pará
- 74) Conflito de Atribuições nº 1.01091/2022-87
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Peças de Informação nº 66.0161.0000476/2022-8 (SEI nº 29.0001.0097098.2022-66). 6º Promotor de Justiça do Consumidor da Capital (SP). 43º Promotor de Justiça da Comarca de Campo Grande (MS). Instauração de procedimento para investigar comercialização de bicicletas, via internet, por empresa localizada na capital paulistana, que não satisfazem as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Investigação da empresa "RIVA CYCLES".
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo
- 75) Conflito de Atribuições nº 1.01092/2022-30
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 66.0161.0000471/2022 (SEI nº 29.0001.0098774.2022-16). 3º Promotor de Justiça do Consumidor da Capital (SP). 43º Promotor de Justiça da Comarca de Campo Grande (MS). Instauração de procedimento para investigar comercialização de bicicletas, via internet, por empresa localizada na capital paulistana, que não satisfazem as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Investigação da empresa "ESCOLA PARK TOOL".
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2022 (25/11/2022)

76) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)

Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Luiz Roberto Fonseca Silva – OAB/SP n.º 351939; Marcio Fernando Elias Rosa – OAB/SP n.º 83.744
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná

77) Pedido de Providências nº 1.00642/2021-04

Requerentes: Belivaldo Chagas Silva; Camilo Sobreira de Santana; Flavio Dino de Castro e Costa; João Azevedo Lins Filho; José Renan Vasconcelos Calheiros Filho; José Wellington Barroso de Araujo Dias; Maria de Fátima Bezerra; Paulo Henrique Saraiva Câmara; Rui Costa dos Santos
Advogados: Ricardo de Lima Sellos – OAB/MA n.º 8386; Rodrigo Maia Rocha – OAB/MA n.º 6469
Requeridos: Lindora Maria Araujo; Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Determinação de redistribuição do Procedimento Administrativo nº 1.00.000.005524/2020-93 ao órgão ministerial competente. Apuração da utilização de recursos públicos federais repassados aos Estados para o combate à pandemia causada pelo vírus da COVID-19. Suspensão imediata da prática de qualquer ato pela Reclamada no referido procedimento administrativo. Violação ao princípio do Promotor Natural.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

78) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00693/2021-90 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Advogado: João Pedro de Souza Mello – OAB/DF n.º 63.016
Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Reclamação Disciplinar nº 1.00476/2020-00. Exercício da advocacia por parte de integrante dos quadros de membros ativos do Parquet. Reincidência. Desrespeito à decisão proferida e penalidade aplicada pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 79) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00536/2022-39
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Bernardo Ribeiro Câmara – OAB/MG n.º 76740
Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Manifestação pública indevida. Violação a direitos da comunidade LGBTIQIA+. Informações colhidas na Revisão de Processo Disciplinar CNMP nº 1.01355/2021-30. Portaria GAB-EAM/CNMP Nº 1/2022.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais
- 80) Conflito de Atribuições nº 1.00550/2022-04
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.33.000.000860/2022-61. Apuração de possíveis irregularidades ambientais decorrentes de poluição atmosférica causada pelo excesso de tráfego de caminhões e alta propagação de poeira, oriundos do empreendimento minerário SL VIEIRA TERRAPLANAGEM, em Biguaçu/SC.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Santa Catarina
- 81) Conflito de Atribuições nº 1.00713/2022-50
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 38.0419.0000014/2022-1. Processo nº 5002164-49.2019.4.03.6115. SEI 29.0001.0094748.2022-78. Apuração de prática do crime disposto no art. 334-A, § 1º, inciso IV, do Código Penal. Proposta de acordo de não persecução penal. Município de São João da Boa Vista/SP. Município de Santa Cruz das Palmeiras/SP.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: São Paulo
- 82) Pedido de Providências nº 1.00786/2022-32 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Abenildo Maia Borges; Creuzenir Magalhaes da Costa Gonçalves; Jascineia Costa dos Santos; Jose Geraldo da Silva; Josimar Luiz Curcino; Maria Oliveira dos Santos; Rosangela Carvalho de Moraes; Talisson Araujo de Castro
Embargado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Alegação de apropriação ilícita de valores recebidos por morador do Acampamento Rosa Luxemburgo, em Samambaia/DF, referente à economia comunitária para instalação de energia. Ausência de investigação criminal do fato.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal

- 83) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00848/2022-05 (Recurso Interno)
- Recorrente: Diomar Bezerra Lima
Advogado: Eduardo Grolli – OAB/MA n.º 6505
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Requer que o Parquet reassuma a elaboração da folha de pagamento dos aposentados, atualmente delegada ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado – IPREV/MA, autarquia estadual vinculada ao Poder Executivo, com o intuito de preservar a autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Ministério Público do Estado do Maranhão.
- Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Maranhão
- 84) Conflito de Atribuições nº 1.00856/2022-34
- Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.22.023.000216/2021-27. Apuração de irregularidades na comercialização e loteamento em área pertencente à CASEMG. Município de Capelinha/MG.
- Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais
- 85) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00929/2022-05 (Recurso Interno) (Apenso: Processo nº 1.00938/2022-98)
- Recorrente: Marcos Antonio Ferreira das Neves
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público. Declaração de suspeição de membro para atuar na condição de integrante do Colégio de Procuradores de Justiça. Processo nº 037/2021-CPJ. Arquivamento do Inquérito Civil nº 000029-009/2020. Notícia de Fato Nº 000441-151/2021. Pedido liminar.
- Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Pará
- 86) Conflito de Atribuições nº 1.00942/2022-00
- Requerente: Procuradoria da República – Rondônia
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Rondônia. Ministério Público do Estado de Rondônia. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.31.000.001246/2017-23. Apuração de possíveis irregularidades em obras públicas em escolas com recursos públicos provenientes do FNDE. Termo de Compromisso do Programa Ações Articuladas – PAR 32157/2014. Município de Governador Jorge Teixeira/RO.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Rondônia

- 87) Pedido de Providências nº 1.00961/2022-46
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Interessado: Transparência Brasil
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Estudo acerca da possibilidade de melhorias na disponibilização das informações sobre remunerações dos Ministérios Públicos, mediante adoção de boas práticas em transparência ativa e dados abertos, alinhadas com as determinações da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e das Resoluções CNMP nº 86/2012 e nº 89/2012.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 88) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00984/2022-04
Requerente: Ulisses Moroni Junior
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Objeto: Ministério Público do Estado de Roraima. Vacância do cargo de Procurador de Justiça. Solicita publicação do edital de promoção para preenchimento da vaga aberta e conseqüente recomposição do Colégio de Procuradores. Lei Complementar Estadual de Roraima nº 03/1994
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Roraima
- 89) Conflito de Atribuições nº 1.01016/2022-99
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial n.º 0000932-48.2022.8.16.0146. Apuração de possível prática de furto. Promotoria de Justiça de Rio Negro/PR. Promotoria de Justiça de Papanduva/SC.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Paraná
- 90) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01039/2022-49 (Recurso Interno)
Recorrente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Recorridos: Ministério Público da União; Procuradoria Geral da República
Objeto: Ministério Público da União. Solicita a desconstituição da Portaria PGR/MPU n.º 104/2022, que regulamenta o teste de aptidão física para percepção da gratificação de atividade de segurança, por não oportunizar a participação das entidades sindicais na formulação do ato normativo. Violação dos direitos coletivos, de associação e de representação sindical das entidades. Pedido de Liminar
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Distrito Federal

- 91) Conflito de Atribuições nº 1.01043/2022-61
Requerente: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.11.001.000093/2022-47. Apuração de irregularidades em barragem sem licença ambiental no Município de Batalha/AL.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal
- 92) Conflito de Atribuições nº 1.01045/2022-79 (Processo Sigiloso)
Requerente: Procuradoria da República no Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 01.2022.00010701-7 (1.15.002.000330/2021-30). Apuração de possível ato de improbidade administrativa referente ao Pregão nº 14/2018-SEDUC/2018, procedimento licitatório que visou à aquisição de material de complemento pedagógico e livros didáticos destinados à rede pública municipal. 15ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte/CE. Procuradoria da República em Juazeiro do Norte.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Ceará
- 93) Conflito de Atribuições nº 1.01048/2022-30
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Autos nº 29.0001.0161075.2022-63-SEI (29.0001.0183233.2022-93). Reclamação Trabalhista nº 1001567-93.2017.5.02.0318, da 8ª Vara do Trabalho de Guarulhos/SP. Suposta prática do crime previsto no art. 203, do Código Penal.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: São Paulo
- 94) Conflito de Atribuições nº 1.01073/2022-03
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.14.000.002112/2022-78. Possível cometimento de injúria racial no âmbito de aplicativo de Internet "Discord".
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Bahia

- 95) Conflito de Atribuições nº 1.01077/2022-10
Requerente: Ministério Público do Trabalho
Requerido: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Processo n.º 000559.2022.21.000/3. Alegação de irregularidades referentes a condições de trabalho de militares no Hospital Naval de Natal.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Rio Grande do Norte
- 96) Proposição nº 1.01087/2022-64
Requerente: Rogério Magnus Varela Gonçalves
Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Advogada: Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39915
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Acréscimo do §3º ao art. 53, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, de modo a assegurar a gestantes, lactantes, adotantes ou mulheres que deram à luz, idosos e pessoas com deficiência preferência na ordem das sustentações orais no julgamento dos feitos incluídos em pautas das sessões do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 97) Conflito de Atribuições nº 1.01109/2022-40
Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Espírito Santo. Ministério Público do Trabalho. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório n.º 2022.0006.3304-16. Apuração de negativa do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cachoeiro de Itapemirim em desfiliar sindicalizados.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Espírito Santo
- 98) Proposição nº 1.01122/2022-54
Requerente: Moacyr Rey Filho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Criação da Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital).
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal

99) Conflito de Atribuições nº 1.01188/2022-53

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Peças de Informação nº 66.0161.0000465/2022 – 3º PJ (SEI nº29.0001.0099335.2022-98). 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital (SP). 43º Promotor de Justiça da Comarca de Campo Grande (MS). Instauração de procedimento para investigar comercialização de bicicletas, via internet, por empresa localizada na capital paulistana, que não satisfazem as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Investigação da empresa “Calypso”.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Mato Grosso do Sul

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público